

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA ^a PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS-2014

No dia vinte de fevereiro do mês de 2014, às 14h, no Auditório do Conselho, na Avenida Borges de Medeiros, 1501/20º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes pontos de pauta: **1º) Atas das 2ª; 7ª; 18ª; 19ª; 20ª e 21ª Plenárias Ordinárias de 2013, 2ª Plenária Extraordinária de 2013 e Expedientes; 2º) Informes e Assuntos Gerais; 3º) Proposta de Resolução CES/RS do Orçamento da SES/RS para o ano de 2014; 4º) Relato de Comissões; 5º) Auditoria das Comunidades Quilombolas - SEAUD-RS/DENASUS/MS; 6º) Apresentação do Projeto Caminhos do Cuidado – DAS/SES/RS; 7º) 3ª Conferência de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Rio Grande do Sul – CEST/RS. Titulares:** Camila Jacques, Eni Bahia, Paulo Humberto Silva, Carlos Duarte, João de Deus, Luiz Pinheiro, Leila Ghizzoni, Ronaldo Bordin, Celia Chaves, Karol Cabral, Claudia Dal Pozzo, Sandra Leon, Vera Leonardi, Eder Pereira, Ana Sodré, Cristiane Pegoraro, Alfredo Gonalves, Márcio Belloc. **Suplentes:** Maria da Gloria Kopp, Carlos Martins, Luiz Ferreira, Miriam Kolinger, Ana Maria Martins. A vice presidente do CES, Célia Chaves, inicia a plenária justificando a ausência de alguns conselheiros, como o Paulo Humberto, presidente da Mesa, que está em uma audiência no Ministério Público e os demais conselheiros da mesa, que estão de férias. Ela anuncia o novo membro da mesa, Márcio Belloc, diretor da Escola de Saúde Pública. Ele se apresenta   plenária. Diz que, mesmo que ainda seja o mesmo governo, a troca de secretário tem suas diferenas, com a gestão atual tendo suas especificidades. Repassa as palavras de Sanda Fagundes, que diz que o CES é essencial às políticas de saúde. **1º) Atas (Plen. Ord/13 – 2ª; 7ª; 18ª; 19ª; 20ª e 21ª –Plen. Extraord/13 – 2ª) e Expedientes:** Célia Chaves d  início às votaes de aprovao das atas. A ata da 2ª plenária ordinária é aprovada, com 5 abstenes. A ata da 7ª plenária ordinária é aprovada, com 4 abstenes. A ata da 18ª plenária ordinária é aprovada, com 4 abstenes. A ata da 19ª plenária ordinária é aprovada, com 6 abstenes. A ata da 20ª plenária ordinária é aprovada, com 7 abstenes. A ata da 21ª plenária ordinária é aprovada, com 7 abstenes. A ata da 2ª plenária extraordinária é aprovada, com 6 abstenes. Célia Chaves comenta que há um funcionário novo no CES e que estamos esperando a possibilidade de mais dois chegarem, para por o CES em melhor funcionamento. Relata que receberam da Secretária Sandra Fagundes dados relativos ao inventário da farmácia do Estado e que está disponível para os conselheiros, tendo, assim, sido atendido o pedido dos conselheiros. Diz que também receberam da Secretaria, da Assessoria Técnica de Planejamento, a planilha de pactuao das metas estaduais de 2012 a 2015. Diz que é um conjunto de tabelas que não teria como alguém avaliar em plenária, então a sugestão   encaminhar para os conselheiros de forma digital, para que tenham em mão esses dados. Márcio faz uso da voz e diz que podem enviar o arquivo em formato pdf para o e-mail, para facilitar a distribuio para os conselheiros. Célia diz que receberam do Departamento de Coordenadoria das Regionais o resultado da comissão de formulao das políticas de práticas integrativas e complementares, com uma proposta de política. Diz que receberam esse material de forma impressa, mas que digitalizar o e passarão para os conselheiros interessados e que devem eventualmente tratar do assunto, pois em algum momento terão que avaliar. Relata que receberam do chefe da coordenadoria regional da União uma resposta   resoluo do CES sobre o programa de DST/AIDS, que reprovaram por não terem tido resultados satisfatórios, que inatingiram as metas. Comenta que a resposta relata que os encaminhamentos estão sendo feitos e que a resoluo está sendo passada para a ouvidoria. Diz que receberam do Conselho Regional de Psicologia o parecer contrário à estrutura de tratamento de presidiários dependentes químicos. Comenta que este ano o CES fará 20 anos, então a Comissão de Educao Permanente está organizando uma série de eventos e materiais relativos às comemoraes dos 20 anos do CES. Diz que o coordenador da Comissão é o conselheiro Rafaelli, que está ausente. **2º) Informes e Assuntos Gerais:** Ivarlete faz uso da voz e passa um informe do Fórum Gaúcho de

50 Saúde Mental sobre a representação do CES em um evento do dia 10 ao dia 14 de fevereiro no
51 Hospital Psiquiátrico São Pedro, onde ela esteve representando o Conselho. Relata que o evento foi
52 importante e parabeniza a Secretaria pelo reinício do debate. Diz que encontraram as antigas atas
53 que mostram que o CES já havia trabalhado e lutado pela política do Hospital São Pedro desde os
54 anos 90, que é uma política pública, não da SES nem do Hospital, mas de toda sociedade e do
55 Estado. Relata que conversaram pela manhã na Comissão de Saúde Mental que seria importante
56 retomar o trabalho e apresentar isso pro Conselho. Ana Maria Martins faz uso da voz e comenta a
57 redução em 50% das vagas de residência de saúde em psiquiatria no Hospital São Pedro, num
58 momento onde há problemas com a saúde mental. Diz que quer registrar que o Sindicato Médico é
59 contra isso. Lotário faz uso da voz e diz que regularmente traz informes sobre os programas Saúde
60 Mais Dez, Mais Médicos, sobre a saúde suplementar, para onde o conselheiro pede mais atenção do
61 CES, pois no interior há muitas pessoas sem atendimento. Comenta sobre a Conferência de Saúde
62 do Trabalhador e da Trabalhadora e diz que o interior pede que seja um evento histórico e que os
63 conselheiros devem se aprofundar na questão. Relata que seu município tem vinte e cinco mil
64 habitantes e que recentemente seis pessoas foram a óbito em um período de uma semana. Diz que
65 muitos médicos não assinam, mas sabem que a causa disso são os agrotóxicos nos alimentos e a
66 contaminação da água, que está acima do tolerável. Comenta que a coisa é séria e que se deve dar
67 mais atenção. Questiona até quando a Anvisa consegue acompanhar a questão dos alimentos.
68 Comenta sobre medicamentos que estão com a venda proibida, mas que continuam disponíveis nas
69 farmácias. Diz que a questão da regionalização de referências nos municípios está ocasionando
70 problemas sérios, com pessoas vindo a óbito antes de receberem atenção. Comenta que, se o CES é
71 propositivo, deve-se fazer proposições sobre isso. Karol faz uso da voz e comenta o que Ana Maria
72 falou sobre as vagas de residência e explica que não diminuíram o número de residentes, apenas
73 descentralizaram algumas vagas que já haviam colocado a mais, espalhando os residentes pelo
74 Estado, para que atendam todo o Rio Grande do Sul. Diz que ainda estão aumentando as vagas e as
75 novas também serão descentralizadas. Diz também que estão aumentando o salário desses
76 profissionais que estão indo para o interior para o valor de dez mil reais, para equiparar aos
77 profissionais do programa Mais Médicos. Ana Maria faz uso da voz e pergunta para onde vão essas
78 vagas e diz que esses profissionais devem receber assessoria no interior. Karol faz uso da voz e diz
79 que não divulgaram as ações na mídia para não gastar dinheiro público com isso, mas as
80 informações todas estão no site da SES, agindo sob o que determina a lei, pois é assim que o Estado
81 do Rio Grande do Sul atua no Governo Tarso. Márcio faz uso da voz e reforça o que Karol falou
82 sobre o local onde podem obter as informações. Célia faz uso da voz e comenta o que o Lotário
83 falou, dizendo que concorda plenamente com ele que é papel do CES e da Comissão de
84 Fiscalização fiscalizar, mas é um trabalho difícil, pois a Comissão de Fiscalização só tem cinco
85 membros e precisa atender todo o Estado. Ela reintera o convite aos conselheiros para que se
86 inscrevam para trabalhar na comissão. **3º) Proposta de Resolução CES/RS do Orçamento da**
87 **SES/RS para o ano de 2014:** Célia Chaves faz a leitura da resolução. Márcio faz uso da voz e diz
88 que a Secretaria compreende os problemas que aconteceram e que planejam construir soluções.
89 Comenta que, mesmo sendo do mesmo governo, estão sob outra Secretária, então propõe que se
90 faça uma conversa entre o CES e a SES antes de fazer a votação da resolução, trazendo na próxima
91 plenária as propostas de soluções cabíveis. Glória faz uso da voz e diz que receberam essa proposta
92 depois das atas e que fizeram uma conversa junto na Secretaria de Planejamento, onde o Secretário
93 João Motta propôs uma conversa, dia 13, a respeito do orçamento, junto também com a Secretária
94 Sandra Fagundes. Diz que é importante a conversa, pois, além de executar, é importante orçar. Eder,
95 da CGTB, faz uso da voz e diz que leu a resolução antes de ir para a plenária e que sua instituição
96 tem a opinião de que não há como não aprová-la. Comenta o fato de que a Presidente Dilma está
97 presente no Estado e a dívida que o Estado tem à União, que a Dilma deveria perdoá-la, pois daí o
98 Estado poderia investir melhor nos serviços, já que a dívida consome muito dinheiro e que se deve
99 fazer uma briga por isso. Cláudio faz uso da voz e diz que esta resolução é cópia de todas feitas
100 durante uma década. Diz que, depois da resolução, quando chega o Balanço Geral do Estado, fazem
101 outra resolução, mostrando que não foram gastos os recursos necessários. Relata que depois

102 repassam a resolução para os entes do Ministério Público Federal e do Estadual para mostrar que o
103 Estado descumpra a lei. Diz que esteve em uma reunião da direção estadual da CUT, onde o
104 secretário de planejamento falou que o orçamento tem uma larga participação da sociedade. Cláudio
105 relata que questionou porque eles não obedecem as instâncias legais de controle social e não
106 escutam o que o CES diz quando fala que o Plano Estadual de Saúde não atende às discências. Diz
107 que se o CES abrir mão de suas prerrogativas passa a ser corresponsável, conforme estabelece a lei
108 complementar 141. Comenta que há pouco tempo atrás, quando a proposta orçamentária foi levada
109 à Assembleia Legislativa, ele esteve presente e disseram a ele que estavam cumprindo a lei. O
110 Tribunal de Contas do Estado disse que o orçamento chegou a mais de 16% e Cláudio diz que isso
111 não é verdade. Diz que é necessário que essa resolução seja divulgada, mas concorda em fazer essa
112 conversa com o Secretário para resolver de aqui para adiante. Diz que devem votar e aprovar a
113 resolução e depois fazer conversas. Martins faz uso da voz e diz que quando estava ouvindo o
114 Secretário, pareceu que ele estava dizendo que estavam mudando de governo ao dizer que haveria
115 diferenças. Diz que, apesar de ter sido trocado o Secretário, a Secretaria e a política continuam as
116 mesmas. Questiona o motivo do Secretário Adjunto e da Secretária Sandra Fagundes, que, na gestão
117 de secretaria anterior, estavam dentro da secretaria, não questionarem os atos do secretário anterior.
118 Márcio faz uso da voz e reforça o que já tinha dito, que não negam que são o mesmo governo, mas
119 que a nova secretaria tem suas especificidades. Diz que não questionou o Secretário anterior e diz
120 que tem orgulho de fazer parte do Governo Tarso. Pede ainda para que se dê um tempo para realizar
121 a votação e que façam a conversa antes. Célia Chaves faz uso da voz e relembra o fato de que o
122 orçamento ao qual se refere a resolução já foi aprovado pela Assembleia Legislativa e que não tem
123 como pegar de volta. Diz que é boa a ideia de fazer um GT e uma conversa com o Márcio para que
124 na próxima vez aprove o PES, mas o que se está avaliando não é a intenção da nova secretaria
125 mas, sim, o que já foi feito. Cláudio faz uso da voz e diz que os orçamentos vão à AL de maneira
126 ilegal, pois todos os anos o CES recebe a peça orçamentária depois que ela está no poder
127 legislativo, quando o correto seria o CES aprovar antes de ela chegar à Secretaria do Planejamento.
128 Diz que todos os anos o CES tem reinvidicado isso e fazem uma resolução sobre o assunto.
129 Comenta que é extremamente importante a proposta da conversa, que deve ser feita independente
130 da resolução. Glória faz uso da voz e diz que haverá um seminário dia 14 de março, quando se abre
131 a rodada para o orçamento participativo e convida o CES para participar e discutir o próximo
132 orçamento da saúde e a resolução, junto à secretária Sandra Fagundes, com os assuntos voltando à
133 discussão na plenária seguinte. João faz uso da voz e comenta o que a Glória falou sobre tratar do
134 assunto no orçamento participativo. Diz que o orçamento participativo não tem o poder que o
135 controle social tem, que o assunto deve ser tratado dentro do Conselho Estadual de Saúde ou fechar
136 o conselho, pois estará substituindo o trabalho que o controle social tem, o que não é certo nem
137 constitucional. Diz que concorda com a conversa proposta por Márcio para tratar do orçamento de
138 2015. Cláudio faz uso da voz e diz que a proposta que Glória fez já havia sido enviada o CES
139 anteriormente, mas que já haviam negado, pois a instância deliberativa é o CES, então essa
140 prerrogativa não serve. Propõe que tal proposta nem seja votada, por ser ilegal. Célia faz uso da voz
141 e diz que se deve fazer a votação da proposta hoje e que ninguém foi contrário à proposta de
142 conversa para tratar do próximo orçamento, para que os erros cometidos anteriormente não se
143 repitam. Célia Chaves põe em votação a proposta de resolução, que é aprovada com vinte votos
144 favoráveis e quatro contra. Pergunta se alguém tem alguma proposta para a forma de trabalho que
145 envolverá a conversa com o Secretário quanto ao orçamento. Márcio propõe que na próxima
146 reunião da Mesa as partes já apresentem os nomes dos representantes. Eni Bahia faz uso da voz e
147 diz que é importante divulgar a resolução feita pelo CES para que o povo saiba o que está
148 acontecendo e saiba também o que o CES está fazendo quanto a isso. **4º) Relato de Comissões:**
149 Sandra Leon faz uso da voz e diz que o grupo de trabalho envolvido com os vinte anos do CES está
150 fazendo uma linha do tempo dos acontecimentos em um evento final. Diz que há uma previsão de
151 reunião para o dia 10 de abril, mas que ainda está incerto por causa da agenda de reserva do
152 auditório que ainda não está pronta. Pede que os conselheiros enviem resumos das ações do CES.
153 Diz também que a Comissão de Saúde Mental apóia o trabalho da SES de descentralização dos

154 residentes psiquiátricos. Ela lê o parecer da Comissão de Saúde Mental quanto à construção do
155 presídio para dependentes químicos. Oferece para enviar por e-mail para os conselheiros que
156 quiserem conferir. Célia propõe que transformem em resolução. Vera Leonardi faz uso da voz e
157 registra que a Comissão de Saúde Mental tem trabalhado questões que apontaram em 2013 e que a
158 participação da SES na comissão tem sido importante e significativa. Pede para que se abra logo a
159 vaga. Em relação à Comissão de Fiscalização, diz que gostariam de acompanhar as ações de Santa
160 Maria a partir de denúncias que receberam, quando estiveram lá com o Conselho Municipal de
161 Santa Maria e outras instituições envolvidas, em uma reunião onde decidiram que verificariam as
162 negociações, pois estava acontecendo conflitos, então o CES foi mediar. Diz que alguns
163 encaminhamentos estavam errados. Relata que a partir dessa reunião descobriram que a Lei do
164 Conselho de Santa Maria estava trancada. Comenta que houve outra reunião sobre o assunto, a onde
165 João de Deus compareceu. João de Deus faz uso da voz e faz um relato sobre a segunda reunião,
166 que teve como pauta a apresentação de ações desenvolvidas pelos serviços que prestam assistência
167 para familiares, sobreviventes e demais pessoas envolvidas com o acidente da boate Kiss, e
168 proposta, apreciação e aprovação de lei para contratação de profissionais para compor a equipe
169 multiprofissional que dará continuidade ao serviço de atenção psicossocial no município de Santa
170 Maria. Após a discussão, foi dito que as equipes têm cinco anos para serem acompanhadas e que a
171 equipe vigente estava com contrato de um ano, então foi feito um contrato para que ficassem mais
172 quatro anos. Relata que nas discussões que houveram se decidiu que a equipe continue a mesma,
173 pois ela está fazendo um bom serviço ao atender os sobreviventes. Comenta que ainda estão
174 fazendo rastreamento de sobreviventes. Diz que as pessoas da área da psicologia disse que estão
175 com um tratamento muito profundo dessas pessoas, para que não haja suicídios. Relata que o
176 trabalho está sendo bem feito, apesar de alguns problemas, como o carro que está transportando os
177 pacientes não ter ar condicionado, aumentando o sofrimento dos pacientes, portadores de
178 queimaduras. João diz que o CES tem que participar do Edital da contratação da equipe. Comenta
179 que a nova secretária de saúde de Santa Maria se dispôs para participar de plenárias do CES para
180 resolver o assunto. Diz que o conselho de Santa Maria aprovou a nova lei de equipe. Comenta que é
181 uma discussão muito complexa para ser feita e que falou para a secretária sobre o fato que não
182 existe um Conselho Municipal de Assistência Social aprovado por lei em Santa Maria. Diz que o
183 conselho existe, mas não por direito, trabalhando sob falta de infraestrutura e baixa quantidade de
184 funcionários. Relata que o Conselho Municipal de Saúde também está sob a mesma situação. Diz
185 que este ano começa o ano legislativo em Santa Maria e que logo será feita a votação, então o CES
186 deve ficar em cima para que seja aprovada a lei. Comenta que há denúncias de todo o Estado de
187 falta de conselhos. **5º) Auditoria das Comunidades Quilombolas – SEAUD-RS/DENASUS/MS:**
188 Stênio faz uso da voz e comenta sobre ações que o conselho fazia em um tempo coincidente com o
189 tempo que ele estava no CES. Stênio comenta sobre várias auditorias que fizeram e que o CES tem
190 dado pouca atenção e que se ele desse mais, a luta pelas comunidades quilombolas seria mais fácil.
191 Célia Chaves faz uso da voz e diz que já tentaram trabalhar em cima, que cobraram já do gestor e
192 do Ministério Público respostas quanto aos assuntos, mas que não recebem alguma e que pode
193 mostrar em futura plenária o trabalho que já fizeram. Ela diz que vão cobrar mais e perguntar para o
194 Tribunal de Justiça como podem exigir um retorno e ir atrás de uma estratégia melhor. Stênio diz
195 que entende as dificuldades do CES, mas que se deve trabalhar isso, junto como os CMSs. Célia
196 Chaves diz que os CMSs também não respondem. Stênio pede para que o CES traga uma
197 problematização do assunto e diz que está na hora do controle social cobrar e trabalhar em cima o
198 assunto. Ele faz a apresentação de slides que mostram as dificuldades e os problemas de acesso aos
199 sistemas de saúde que enfrentam as quilombolas e regiões. Célia Chaves abre para inscrições. Vera
200 Leonardi faz uso de voz e diz que ela e sua comissão já tinham lido a apresentação antes e que
201 fizeram ofícios de cobrança, mas a demanda ficou grande, então encaminharam para a Comissão de
202 Etnias, para que fizessem uma proposta de encaminhamento para o CES dar conta de todos os
203 assuntos. Propõe a idéia de uma unidade móvel que atenda as comunidades. Célia Chaves diz que
204 isso é difícil de trabalhar por causa da falta de pessoas no conselho, dificultando a qualidade e
205 quantidade de trabalho sobre assuntos específicos. Comenta a proposta, presente no documento, de

206 uma auditoria mensal para tratar do assunto. Diz que isso é difícil de se executar, já que só há duas
207 plenárias por mês, mas que se dá para fazer alguma periodicidade. Stênio comenta que vai trazer às
208 plenárias relatos de trabalhadores da saúde sobre o assunto. **6º) Apresentação do Projeto**
209 **Caminhos do Cuidado – DAS/SES/RS:** Desireé apresenta o projeto. Karol faz uso da voz e diz
210 que o Estado tem se preocupado muito com o assunto e que primeiro trouxe o que foi feito pela
211 gestão da equipe do Projeto Caminhos do Cuidado, para que trabalhem com os CMSs, já que o CES
212 é quem conversa com eles. Diz que esse trabalho é importante para substituir o modelo antigo de
213 trabalho. Comenta que é importante o CES divulgar, para que ajudem a sensibilizar os agentes de
214 serviço comunitário e eles auxiliem no trabalho. Diz que faz muita diferença o médico de atenção
215 para a família. Agradece a iniciativa e o apoio do Ministério. Desireé faz uso da voz e diz que no
216 site do DAS há relatos de pessoas que já fizeram curso sobre o assunto. Ivarlete faz uso da voz e diz
217 que como conselheira do CES e integrante do Fórum Gaúcho de Saúde Mental, acha muito
218 importante o trabalho que estão fazendo e o chamamento a outros para se envolverem, pois os
219 agentes que se envolvem se tornam militantes da causa e ajudam na luta. Desireé reforça a
220 necessidade de mobilização e aumento de pessoas lutando pela causa. Célia Chaves faz uso da voz e
221 diz que as falas foram no sentido de reconhecer que essa é mais uma política importante e que terá
222 mais engajamento dos conselheiros mais especializados nessa área. Diz que não tem como dar conta
223 de tudo, mas algumas políticas conseguem ter um desempenho e um resultado melhor. **7º) 3ª**
224 **Conferência de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Rio Grande do Sul – CEST/RS:**
225 Célia Chaves abre o ponto de pauta dizendo que ainda há várias questões dentro desse assunto a
226 serem tratadas. Ela relembra que a resolução da Conferência foi aprovada na última plenária de
227 2013 e esse foi o último momento até agora feito em torno do assunto. Diz que um item que foi
228 difícil de discutir e que retardou as conclusões sobre a conferência é a questão econômica, de como
229 o gestor estadual iria proceder no financiamento da conferência. Relata que ainda tem que discutir
230 algumas questões do regimento, pois teve alguns equívocos na leitura do regimento nacional, por
231 isso tiveram que recolher as cópias das macrorregiões, para onde reenviarão depois com as
232 alterações necessárias. Ela diz que o primeiro ponto que será submetido a votação é essas
233 modificações. Comenta que na página do CES pode-se acompanhar a conferência e que o Cláudio fará
234 a leitura do novo texto. Cláudio faz uso da voz e diz que comentará algo antes de fazer a leitura.
235 Relata que no ano anterior, quando foi votado o regimento, havia uma expectativa, onde votaram a
236 comissão organizadora antes mesmo de votar o regimento. Diz que houve pouco tempo para
237 absorver as informações do regimento nacional, por isso modificaram pontos que não podiam.
238 Relata que deram cinco dias para as macrorregionais devolverem. Comenta que deveriam distribuir
239 um texto orientador até o dia vinte de janeiro, mas descobriram que o texto orientador não era texto
240 de proposta, como entenderam. Diz que esse texto só ficará pronto na segunda quinzena de março.
241 Comenta que esteve em uma reunião em Brasília, onde os CES de todo o país implicaram para que
242 o CNS faça um texto de proposta e que envie esta semana. Cláudio diz que estão alterando o
243 documento em volta disso. Comenta que estão alterando o texto, para que seja um texto orientador
244 em volta dos eixos que o CNS definir, substituindo o documento para que seja orientador, que
245 servirá possível de uso tanto para a Etapa Estadual, quanto a Etapa Macrorregional. Cláudio cita as
246 modificações no conteúdo do texto. Ele comenta que a Comissão Organizadora decidiu a troca de
247 local da sede da Etapa Metropolitana para Novo Hamburgo, em decorrência da necessidade de troca
248 do número de delegados de Porto Alegre. Célia faz uso da voz e abre as inscrições para falas. Mirta,
249 do CMS de Porto Alegre, faz uso da voz e diz que quer fazer alguns esclarecimentos históricos de
250 como ocorreu a mobilização e a organização da coordenação macrometropolitana. Ela lê um relato
251 sobre o assunto. Após a leitura, ela diz que a decisão de troca de município-sede não é questionada,
252 se for feita de forma justa e democrática, mas que não foi a forma que foi feita. Diz que a decisão
253 não foi transparente ou democrática, mas foi unilateral e que não foi cogitada ou conversada com a
254 Coordenação da Macrometropolitana. Relata que o CMS tentou fazer uma conversa com um
255 representante do CES, então não é válido o encaminhamento, já que não foi aberta a discussão.
256 Comenta que o CMS abriu espaço para o CES conversar com o gestor para tratar do assunto. Diz
257 que no presente dia, à noite, será pontuado como pauta no CMS o assunto, assim como a votação

258 sobre a manutenção do representante do CMS na Coordenação Macrometropolitana. Célia Chaves
259 faz uso da voz e diz que vai fazer três esclarecimentos do relato. Primeiro, em relação à reunião da
260 CIST, em 2013, ela diz que a posição que a Comissão Organizadora tem é que foi uma decisão que
261 ocorreu antes mesmo da publicação do regimento, então quem deveria estabelecer a data e o local
262 da realização das macrorregionais é o regimento que tinha sido aprovado sim, mas que não havia
263 ainda sido publicado. Diz que a CIST se baseou nessa informação e já conseguiu os recursos da
264 cidade sede. Segundo, em relação ao entendimento equivocado por parte do CEREST, de que eles
265 coordenariam a Conferência, mas na verdade, é o controle social, ou seja, os conselhos, que têm
266 essa incumbência, então o CES teve que ser rígido e dizer que não, que não seria o CEREST a
267 coordenar a conferência. Terceiro, em referência a troca de local da cidade-sede, é o assunto que
268 será discutido na plenária atual e que a data também talvez tenha alterações. Diz também que
269 outras alterações sobre a Conferência podem ser feitas, mas essas estão sendo trazidas à plenária, pois
270 cabe à esta plenária discutir sobre isso. Comenta que o regimento diz que a Comissão de
271 Organização tem o poder de tomar decisões em relação à Conferência, como alterações necessárias
272 para a realização efetiva da Conferência, tal como a troca de local já mencionada, ação que foi feita
273 considerada as necessidades da Conferência. Cláudio faz uso da voz e comenta duas questões
274 referentes aos ditos da Célia. Primeiro, que a resolução simples não foi feita sob concordância do
275 CES, pois o CES entendeu que não caberia ao Estado repassar recursos ao gestor municipal, para
276 que crie uma dependência sob o gestor municipal de realizar as conferências, porém isso aconteceu
277 antes da constituição da Comissão de Organização e antes mesmo também da convocação da
278 conferência, sem concordância do CES. Diz também que a resolução simples tem vários erros
279 técnicos. Segundo, a decisão política tomada pela Comissão de Organização não foi única e
280 exclusivamente decorrente da reunião com alguns membros da comissão de Porto Alegre e alguns
281 membros da região metropolitana com o gestor municipal, mas de uma avaliação geral da
282 conferência e a importância política da metropolitana neste contexto. Terceiro, houve a retirada de
283 pessoas que estavam se portando de forma que vai contra os princípios do bom senso e a legislação.
284 Relata que eram servidores públicos, dentro de ambiente público, dentro do Conselho Estadual de
285 Saúde, usando palavras de baixo calão, por isso foi pedida a sua retirada. Diz, ainda, que eles
286 agiram com agressividade. Comenta que o CEREST não foi escolhido, que ele é gestor e, como
287 gestor, poderia estar participando na condição de gestor e que trabalhador do GESTOR é
288 trabalhador em saúde, e, como trabalhador em saúde, deve estar representado por suas entidades
289 representativas, como manda toda a legislação do controle social. Ainda diz que é em cima desses
290 princípios básicos do SUS que o CES atua. Fabiana, coordenadora substituta atual do gestor do
291 CEREST Porto Alegre diz que sua participação é mais para esclarecer alguns pontos que acha
292 necessário, principalmente no que diz respeito ao lugar que trabalha. Comenta que as propostas que
293 levaram na reunião em janeiro para que a reunião acontecesse foi apenas para respeitar prazos
294 licitatórios. Diz que no município de Porto Alegre, assim como em vários outros do Estado, para
295 que qualquer coisa aconteça, é necessário completar recursos, já que há um baixo valor para realizar
296 a conferência e explicado o regimento interno da conferência nacional, que além do recurso da CIB
297 outros recursos também seriam usados para pagar a diferença da realização da conferência e
298 baseado nesses dois documentos que saíram em novembro e dezembro, o CEREST se mobilizou
299 solicitando ao gestor do município de Porto Alegre para ajudar a fazer um projeto básico, onde
300 fosse atendida a estrutura pedida na resolução da CIB e as demais necessidades. Diz que na reunião
301 o CEREST se manifestou, onde estava presente o presidente, a Débora, a Valeska e conselheiras do
302 CES, e foi dito pela Mesa que a conferência era do Estado e não do CEREST, desqualificando o
303 trabalho que o CEREST fez, que era básico e que, por ser básico, seria qualificado posteriormente.
304 Diz que quer esclarecer que o CEREST está trabalhando desde novembro, não está de braços
305 cruzados. Relata que os integrantes do CEREST se sentiram ofendidos e saíram da reunião. Diz que
306 gostaria de comentar que a última reunião que tiveram foi tensa, pois gostariam que tivesse
307 acontecido no CES e de uma forma mais democrática, e que acha que a questão toda é a forma
308 como a coisa foi conduzida, que foi agressiva e autoritária por parte dos representantes da comissão
309 da macro, ali representados pelo conselheiro Paulo e pelo conselheiro Cláudio. Comenta que o

310 CEREST tem interesse sim que isso aconteça, independente de onde seja, pois os objetivos são
311 outros e que vai apoiar e viabilizar o que for necessário, mas quer colocar esses pontos, visto que
312 está representando seu serviço e sua coordenação. Alfredo Gonçalves faz uso da voz e diz que o que
313 a companheira colocou procede, mas não na totalidade, pois o CEREST começou a mudar agora,
314 mas tempos atrás tinha ações duvidosas, que estava um lixo, pois tem até hoje trabalhadores
315 afastados por assédio moral e adoecimento mental. Diz que esse foi o CEREST-Porto Alegre no
316 passado, mesmo que esteja mudando. Relata que um milhão de reais foi repassado para o CEREST,
317 mas até agora não se sabe onde foi parar. Diz que teve até denúncia de estupro, que conseguiram
318 denunciar a tempo. Relata que o CEREST mudou, mas até pouco tempo estava a serviço dos
319 empresários. Diz que está mudando, mas não podem esquecer o passado. Comenta que faz vinte
320 anos que não conseguem fiscalizar o ambiente de trabalho em Porto Alegre, por causa do CEREST.
321 Diz que está mudando, que está tendo um apoio melhor, mas que o problema todo é a discussão
322 política e uma briga que não é por causa da conferência, e sim algo que já existe há tempos. Fala
323 que devem colocar uma pedra em cima da história de briga e fazer a luta pelos trabalhadores. Vera
324 Leonardi faz uso da voz e diz que ouviu ambas as partes, que ambas as partes estão lutando para
325 que se realize o trabalho, então vai tentar ser uma conciliadora. Diz que há entraves que culminaram
326 nisso, mas não dá para desconsiderar o trabalho que foi feito pelo CEREST nem o do CES.
327 Comenta que se sabe que o CMS de Porto Alegre muitas vezes têm um trabalho mais lento, mesmo
328 que estejam tentando fazer algo, mas é um trabalho difícil de se fazer, já que esse CMS é mais
329 lento. Diz que todos querem que a conferência saia e que trabalhará para que a Conferência
330 Estadual saia em Porto Alegre, já que a Macrorregional não foi, mas que se deve enfrentar as
331 dificuldades e garantir que a Conferência Estadual saia na maior qualidade possível. Cláudio faz
332 uso da voz e diz que estão fazendo todo o esforço para que se faça a Conferência Estadual em Porto
333 Alegre, mas não encontram lugar para fazer isso e, quando encontram lugar, está em condições que
334 inviabilizam o evento, por isso não está garantido. Diz que a sua fala foi a seguinte questão: foi
335 tirado pelo regimento estadual a responsabilidade da Comissão de Organização Estadual a
336 responsabilidade de fazer as comissões de organização macrorregionais. Relata que no momento em
337 que foi feita uma reunião, para onde foram convocados todos os entes que deveriam ser
338 convocados, para constituir a Comissão de Organização Macrorregional, vários trabalhadores do
339 CEREST de Porto Alegre participaram com várias questões, porém quando várias vezes perguntou
340 quem estava representando o Gestor Municipal, ninguém se acusou, porém não estava presente. Diz
341 que foi tentado de várias formas para que o Gestor Municipal de Porto Alegre participasse. Relata
342 que uma das informações que chegaram semana passada era de que o Gestor Municipal estava de
343 férias e não sabia das conferências. Diz que, se isso acontece, não tem como garantir que haja a
344 continuidade do processo, entre outros elementos importantes para a avaliação real. Comenta que
345 pode se discutir isso várias vezes, mas na reunião que tinha como pauta a constituição da Comissão
346 de Organização Macrorregional, não cabia outras pautas. Diz que, depois de constituída a comissão
347 de organização, ela que iria cuidar das questões e isso foi deixado claro várias vezes. Comenta que a
348 reunião que teve essa discussão tinha pauta e Mesa e que não eram as pessoas que estavam
349 presentes que iriam pautar a reunião. Marcelo, coordenador da macrometropolitana, faz uso da voz
350 e diz que a comissão não ficou esclarecida sobre a questão de mudar a sede para Novo Hamburgo e
351 isso traz um obstáculo na comissão. Diz que a situação ficou clara, mas que não concordam com a
352 forma que foi efetuada, pois a comissão foi comunicada por acaso sobre a troca da cidade-sede de
353 Porto Alegre para Novo Hamburgo, sendo que a comissão já vinha se reunindo e já tinha feito cinco
354 reuniões, com toda uma organização, mesmo com a falta de gestores, e até mesmo com o ofício
355 pronto. Relata que a decisão da Estadual surpreendeu e que não concordam com a escolha, pois
356 havia até mesmo outros municípios que poderiam se candidatar a ser a cidade-sede. Diz que após
357 uma reunião de tentativa para entender o que aconteceu, mas mesmo assim a comissão continuou
358 com o trabalho, mesmo sendo em Novo Hamburgo e que não tenham sido chamados para a
359 discussão. Mirta faz uso da voz e diz que gostaria de alertar que o site do CES ainda informa a
360 cidade-sede como Porto Alegre, então, se já esta deliberado, não foi trocado. Diz que o CMS já
361 trabalhou o ano inteiro passado a saúde do trabalhador e que formaram um grupo de trabalho que

362 teve efetivas mudanças, como as que estão se fazendo dentro do CEREST, então estão sim em um
363 esforço bem grande para trabalhar a situação. Comenta que estão trabalhando desde o ano passado a
364 CIST para fomentar a área saúde do trabalhador. Diz que é por isso que estão pontuando novamente
365 que controle social é isso: participação de todos, democracia e transparência, porém não tiveram
366 isso por parte da Comissão de Organização Estadual. Comenta que o que estão questionando é a
367 mudança da cidade-sede e que ainda não foram esclarecidos os motivos para esse ato e, enquanto
368 isso não for feito, é uma situação grave no controle social. Cláudio faz uso da voz e diz que
369 democracia se trata de que incida quem tem a responsabilidade de fazer isso. Diz que quem tem a
370 responsabilidade de encaminhar a conferência é a Comissão de Organização Estadual e ela fará o
371 seu trabalho e quem tem a responsabilidade de indicar o representante do gestor municipal de Porto
372 Alegre era a Prefeitura e eles não indicaram, apenas muito atrasados. Conclui que a Comissão de
373 Organização Macrorregional não está legalmente constituída, pois seus membros não estão
374 definidos. Diz que já há macros publicadas e a metropolitana ainda não está pronta. Comenta que
375 estão tratando de caso de legalidade e a Comissão de Organização Macrorregional Metropolitana
376 não estava completa, por isso não tinha sido ainda votada e indicada pela Comissão de Organização
377 Estadual, ato que legalmente precede a publicação. Célia Chaves faz uso da voz e esclarece a
378 escolha de Novo Hamburgo explicando que o gestor da saúde de Novo Hamburgo é o presidente do
379 COSEMS e membro da Comissão Organizadora Estadual e da Nacional, então ele pareceu a pessoa
380 mais indicada para ser consultada se poderia receber a conferência, assim como assumir e garantir a
381 realização da conferência. Diz que ele mostrou ter uma responsabilidade que não viram no Gestor
382 Municipal de Porto Alegre. Eni Bahia faz uso da voz e diz que também se perguntava o motivo de
383 Novo Hamburgo, mas agora que escutou os dois lados pode comentar e comenta que o que faltou
384 foi comunicação. Diz que não estava muito satisfeita com a troca de cidade-sede, mas agora está e
385 que eles têm que garantir para que a conferência ocorra e que cada um deve fazer sua parte pelo
386 sucesso. Comenta que deve haver um pouco mais de humildade e trabalhar junto. Relata que ela,
387 assim como outros membros deste conselho, já foi conselheira de outros conselhos, e que há muita
388 preocupação de atropelar as coisas. Comenta que há vários meios de comunicação para que se faça
389 a comunicação. Ivarlete faz uso da voz e diz que tanto o CES quanto o CMS têm responsabilidade
390 com o controle social e já tiveram problemas com a gestão de Porto Alegre, onde tiveram que trocar
391 de lugar uma conferência de saúde mental de Porto Alegre para outro lugar. Diz que a Conferência
392 Estadual de Saúde do Trabalhador talvez também não ocorra em Porto Alegre pelos mesmos
393 problemas. Comenta que quer apelar pelo bom senso e pelo compromisso do controle social pela
394 saúde do trabalhador. Nada mais havendo a tratar, Célia Chaves, Vice Presidente do CES/RS, deu
395 por encerrada a reunião, da qual eu, João Pedro Brutschin Severo, lavei a presente ata que, após
396 leitura e aprovação, será assinada pela Mesa Diretora. Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2014.

397

398 Paulo Humberto Gomes da Silva
399 Presidente do CES/RS

Célia Chaves
Vice Presidente do CES/RS

400

401

402 Alfredo Gonçalves
403 Coordenador do CES/RS

Sônia Pinheiro
Coordenadora do CES/RS

404

405

406 Jairo Francisco Tessari
407 Coordenador do CES/RS

Elemar Sand
Coordenador do CES/RS

408

409

410 Carlos Alberto Ebeling Duarte
411 Coordenador do CES/RS

Odil Gonçalves Gomes
Coordenador do CES/RS